

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: Percepções das beneficiárias sobre Educação e o “futuro de Seus filhos”

THE FAMILY BAG PROGRAM:

*The perceptions of beneficiary on education and the “future of their children”*

EL PROGRAMA BOLSA DE FAMILIA:

Las percepciones de los beneficiarios sobre la educación y el “futuro de sus hijos

Angélica Lima Da Silva (\*)

**Para citar este artículo / To reference this article / Para citar este artigo:**

Lima Da Silva, A. (2017) O Programa Bolsa Família: Percepções das beneficiárias sobre Educação e o “futuro de Seus filhos”. Rev. chil. relac. Int, vol I (1):220-241

Recibido 2 de febrero de 2017.

Aceptado el 18 de marzo de 2017

### RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda condicionada do governo federal brasileiro destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Na área da educação, exige-se a frequência escolar mínima de 85% para crianças entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. De acordo com os formuladores do programa, o cumprimento das condicionalidades seria um fator importante para romper com a chamada transmissão intergeracional da pobreza. O artigo analisa como a exigência de frequência escolar mínima para beneficiários do PBF, com idades entre 6 e 17 anos, é percebida pelas titulares do benefício residentes na região sul de Campinas, (São Paulo, Brasil). Para isso, foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com beneficiárias do PBF com filhos matriculados em uma escola pública na região sul deste município. Os resultados mostram que a condicionalidade relacionada à educação é considerada positiva na percepção das beneficiárias, mas elas não acreditam que a frequência escolar seja fator decisivo para romper com a pobreza no futuro. Para as beneficiárias, não basta manter seus filhos na escola sem levar

---

(\*) Mestra em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Brasil.  
Correo: angelicalima1704@gmail.com

em consideração a qualidade do ensino que lhes é oferecido. Ao final, refletimos sobre os limites e possibilidades da exigência de frequência escolar mínima como fator de enfrentamento da pobreza, assim como desafios suscitados pela análise das falas das entrevistadas que classificam a educação como “defasada”, mas, mesmo assim, mantêm seus filhos na escola pública, uma vez que não podem arcar com os custos de uma educação privada.

**Palavras-chave:**

Programa Bolsa Família (PBF); Educação; Frequência escolar; Campinas (SP).

**ABSTRACT**

The Bolsa Família Program is a conditional cash transfer program of the Federal Government Brazilian aimed at families in poverty and extreme poverty. In education, it requires a minimum school attendance of 85% for children between 6 and 15 years old and 75% for young people between 16 and 17 years old. According to the program makers, the compliance with this condition is an important factor to break the so-called intergenerational transmission of poverty. The article analyzes how the Program's requirement of a minimum school attendance for children between 6 and 17 years old is perceived by the benefit holders living in the Southern region of Campinas (state of Sao Paulo, Brazil). To achieve that, twenty semi-structured interviews were conducted with program beneficiaries with children enrolled in a public school in the southern part of this county. The results show that the condition related to education is considered positive by the beneficiaries, but they do not believe that school attendance is a decisive factor to break away from poverty in the future. To the beneficiaries, it is not enough to keep their children in school without taking into consideration the quality of the education that is offered to them. Finally, we reflect on the limits and possibilities of the minimum school attendance requirement as an element to fight poverty. We also reflect on the challenges posed by the analysis of the interviewees speeches, for whom education is “outdated”, but even so, they keep their children in public schools, since they cannot afford the costs of private education.

**Keywords:**

Bolsa Família Program; Education; School attendance; Campinas (state of Sao Paulo, Brazil).

**E**ste artigo visa apresentar o Programa Bolsa Família (PBF) e compreender como a exigência da frequência escolar mínima para beneficiários com idades entre 6 e 17 anos, é percebida pelas titulares do programa. A pesquisa na qual este artigo baseia-se foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas e buscou analisar as percepções das mães, titulares do programa, a respeito da exigência do cumprimento da frequência escolar mínima para seus filhos e, a partir daí, verificar se essa exigência contribui para a superação da condição de pobreza.

O PBF, programa de transferência direta de renda do governo federal brasileiro, criado em 2003, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. As famílias extremamente pobres são definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, s.d.) como aquelas que possuem renda per capita de até R\$ 85,00 mensais por pessoa, por isso uma família que seja assim classificada tem direito ao benefício básico no valor de R\$85,00 mensais. Dentro do programa existem algumas variáveis, por exemplo: variável gestante, destina R\$38,00 mensais à família por 9 meses; variável 0 a 15 anos, destina às famílias um valor de R\$39,00 por crianças/adolescente (o limite é de 5 por família); variável nutriz para crianças com idade de 0 a 6 meses, R\$ 39,00 mensais por 6 meses consecutivos; variável vinculada ao adolescente entre 15 e 17 anos de idade, valor mensal de R\$46,00 mensais (limite de 2 adolescentes por família).

O recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, de acordo com a Lei nº 10.836 (Brasil, 2004), que criou o PBF. Na saúde, é exigido

acompanhamento pré-natal e pós-natal, nutricional e vacinação das crianças. Na educação, é exigida frequência escolar mínima de 85% para crianças entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

Em relação à educação, a exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens em programas de transferência de renda surgiu no Brasil a partir de contribuições do economista José Márcio de Camargo às propostas iniciais dos Programas de Garantia de Renda Mínima, encabeçadas por algumas prefeituras nos anos 1990 (Fonseca, 2001; Suplicy, 2004). No entendimento de Camargo,

*“as crianças pobres saem cedo da escola, se engajam em trabalhos pouco qualificados e sem perspectivas profissionais. Sua contribuição para a renda familiar de hoje é relativamente grande, mas serão os pobres de amanhã. Nessas condições, aumentar a renda da família é fundamental para que ela possa manter seus filhos na escola e quebrar este elo entre pobreza de hoje e pobreza do futuro”.* (Camargo, 1991, p. 2; grifo nosso).

Campello, que participou do grupo criado pela Presidência da República, em 2003, para desenvolver o Programa Bolsa Família e atual ministra do Desenvolvimento Social, explicita que, na visão dos formuladores do programa, as condicionalidades relacionadas à frequência escolar pretendiam contribuir para enfrentar essa dimensão da pobreza mencionada por Camargo. Em suas palavras:

*“almejava [o PBF] estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza”.* (Campello, 2013, p. 15, grifos nossos).

Passados mais de dez anos desde sua criação, o Programa atende cerca de 14 milhões de famílias, uma em cada quatro pessoas da população brasileira. Em relação aos avanços, e sem ter a pretensão de apresentá-los de maneira exaustiva, podemos mencionar que a experiência

acumulada em pesquisas com beneficiários do Programa contribuiu, como quer crer Campello (2013), para a superação de alguns estereótipos relacionados aos programas de enfrentamento da pobreza. A transferência direta de dinheiro às famílias, por exemplo, uma das principais características do desenho do PBF, era posta em dúvida, uma vez que havia certa desconfiança de que os pobres saberiam gastar seu dinheiro “corretamente”. Pesquisas relacionadas aos usos do dinheiro do PBF (Pires, 2012; Pires, 2013a) têm demonstrado que as famílias sabem definir o melhor uso do dinheiro, a partir de suas necessidades, e que há uma forte moralidade que permeia seus gastos, estabelecendo-se, por exemplo, jeitos certos e errados para a utilização do benefício. Como o benefício é variável em relação ao número de filhos, havia também a preocupação de que as famílias aumentassem o número de filhos para receberem mais recursos. Ou, ainda, que a participação no programa acomodaria as pessoas, desincentivando-as de ingressar no mundo do trabalho. Nenhuma dessas teses mostrou-se verdadeira (Alves; Cavenaghi, 2013; Januzzi; Pinto, 2013).

Um dos fatores que talvez nos auxiliem a compreender a força dos estereótipos relacionados ao PBF pode ser encontrado no próprio desenho institucional do Programa. Como afirmam Paiva, Falcão e Bartholo (2013, p. 27), a criação do PBF representou uma ruptura em relação aos valores que fundamentaram a construção do sistema de proteção social brasileiro, calcado no fundamento de que a proteção deve ser garantida aos indivíduos que não possuem ou que perderam a capacidade de gerar renda pelo trabalho. Não seria o caso de evocar a comparação com outra política de transferência de renda, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigida a pessoas com mais de 60 anos e deficientes, para ver como esta última não é objeto de tantas polêmicas e estereótipos como o PBF. Apesar dos inequívocos benefícios trazidos pelo PBF, em parte mencionados nos parágrafos anteriores, um Programa com essas características e magnitude não está isento de críticas. Neste texto, concentraremos nosso argumento na relação entre o PBF e a educação.

A compreensão de que a exigência de frequência escolar em programas de transferência de renda pode contribuir como vetor de enfrentamento da pobreza intergeracional tem sido objeto de

contestações. Pires (2013c), por exemplo, apresenta uma série de trabalhos de diferentes tradições teóricas e metodológicas que, direta ou indiretamente, problematizam essa correlação. Dentre as principais objeções resenhadas pelo autor, podemos destacar: a) não adianta exigir que crianças e jovens frequentem a escola sem levar em conta a qualidade do ensino oferecido (Reimers; Silva e Trevino, 2006); b) há limites estruturais da própria escola, uma vez que esta pode ser compreendida como um dos instrumentos mais eficazes de conservação da desigualdade social, já que legitima, pela atuação do Estado na elaboração dos currículos escolares, formas de reprodução social que sancionam a herança cultural como um dos fatores mais relevantes para o sucesso dos indivíduos (Bourdieu, 1998); c) com a crise da chamada sociedade salarial, as sociedades contemporâneas terão que conviver com um contingente cada vez maior de desempregados com formação educacional (Castel, 2010).

A pesquisa que fundamentou este texto surgiu de dúvidas suscitadas em debates sobre os programas de transferência de renda e suas relações com a educação. Nossa intenção foi analisar como as próprias titulares do benefício avaliam essa questão, isto é, que importância elas atribuem às condicionalidades da educação do PBF como forma de enfrentamento da pobreza. É forçoso admitir que boa parte dos trabalhos que analisam as condicionalidades da educação do PBF privilegia efeitos mais quantitativos da exigência de frequência escolar, tais como incremento das taxas de matrícula e da própria frequência. É o caso do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Castro e Modesto, 2010), o qual mostrou que a frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4% superior em comparação com a taxa de frequência escolar de crianças e jovens de famílias não beneficiárias.

Glewwe e Kassouf (2008) analisaram o impacto do PBF sobre o progresso das crianças na escola a partir de informações do censo escolar (1998-2005), o que lhes permitiu verificar o número de matrículas, abandono e progressão escolar. Para os autores, existe relação entre o recebimento do Bolsa Família e o aumento nas taxas de matrícula em cerca de 5,5% da 1ª à 4ª série e cerca de 6,5% da 5ª à 8ª série. Também analisaram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5% no caso de crianças da 1ª à 4ª série

e cerca de 0,4% para crianças da 5ª à 8ª série. Segundo os autores, ficou caracterizado no estudo que o programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9% para crianças da 1ª à 4ª série e 0,3% para crianças da 5ª à 8ª série.

De acordo com outro estudo desenvolvido a partir de experiências internacionais, realizado por Reimers, Silva e Trevino (2006), os programas de transferência de renda impactam a vida das pessoas no que diz respeito ao aumento do poder de compra, uma vez que oferece uma quantia em dinheiro que aumenta a renda das famílias e promove aumento nas taxas de matrículas quando estas são muito baixas, mas, em países onde a cobertura das matrículas é alta, os programas não são tão efetivos. Com relação à frequência escolar, mostram que existe uma pequena relação com o aumento das taxas de alunos frequentando a escola; já com relação às taxas de evasão, repetição e promoção escolar, analisam que os efeitos são modestos. Na questão aprendizagem dos alunos, argumentam que não foram comprovados efeitos positivos. Segundo os autores, os resultados obtidos com o estudo não permitem afirmar que os programas de transferência de renda são eficazes para instrumentalizar a educação, principalmente no que diz respeito à capacidade de aumentar a aprendizagem. Argumentam que as teorias dos Programas de Transferência de Renda Condicionadas (PTRC) são deficientes, pois assumem que a qualidade da educação para os filhos de famílias pobres é adequada e que os estudantes aprendem mais se passarem mais tempo na escola.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos, no período entre junho e agosto de 2013, vinte entrevistas semiestruturadas com mães titulares do benefício do PBF com filhos matriculados no 5º ano do ensino fundamental. O critério de seleção que nos direcionou para mães ou responsáveis por alunos do 5º ano do ensino fundamental foi o fato de esses alunos estarem encerrando o primeiro ciclo do ensino fundamental. Já a escolha da unidade escolar como local de realização da pesquisa foi favorecida por estar situada na segunda maior região de Campinas em número de beneficiários do PBF, segundo dados do Censo 2010.

Na sequência, apresentamos o método do estudo, a definição do universo da pesquisa, as entrevistadas, os procedimentos para a

realização das entrevistas e suas análises. No final, sintetizaremos nossos argumentos e ponderações nos comentários finais.

#### 1- O MÉTODO DO ESTUDO

Tendo por base as informações disponibilizadas pelos prontuários dos alunos, 140 estavam matriculados nos quintos anos do ensino fundamental em 2013. Destes, 48 (35% do total) recebiam o benefício do PBF.

A definição do número de mães participantes da pesquisa deu-se por meio de um sorteio amostral estratificado. Assim, a estratificação da amostra buscou garantir uma porcentagem semelhante da proporção de alunos que recebiam o Bolsa Família por sala. É importante enfatizar que esta amostra não é probabilística e nem representativa do conjunto de alunos do 5º ano da escola que recebem o PBF.

Após as definições dos critérios da amostra, construímos o roteiro das entrevistas pautados em quatro eixos norteadores: caracterização das beneficiárias e de suas famílias; formas de obtenção de renda; percepções sobre o PBF e percepções sobre educação e a frequência escolar. Tendo em mãos informações sobre as entrevistadas e o instrumento norteador para a coleta de dados, iniciamos os primeiros contatos com as entrevistadas em abril de 2013 (via telefone), convidando-as a participarem da pesquisa.

As entrevistas ocorreram no período entre maio e agosto de 2013, nos bairros Vida Nova I e II, Vila Vitória e Friburgo, pertencentes à região Sul de Campinas. Utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada, pois julgamos ser este o caminho mais adequado para as entrevistadas apresentarem suas percepções.

De fato, nosso método assemelhou-se ao utilizado por Rego e Pinzani (2013), especialmente na tentativa de empreender uma investigação que buscasse atingir alguns níveis da estrutura subjetiva dos entrevistados. Nesse sentido, o local de realização das entrevistas foi importante, ora favorecendo, ora dificultando as trocas subjetivas presentes na relação entrevistador/entrevistado. A seleção do local ficou a critério das beneficiadas. Nas entrevistas realizadas em suas próprias casas, pôde-se perceber que a maioria falava mais livremente sobre suas percepções sobre a escola e a educação. Um pouco



diferentes foram as entrevistas desenvolvidas na escola, onde algumas mães preocupavam-se em perguntar: “não vou prejudicar ninguém com minha resposta?”. É preciso considerar, que entrar nas casas das pessoas, vivenciar suas histórias, observar a forma como sustentam suas famílias em um contexto de inúmeras privações materiais e verificar, *in loco*, as expectativas que nos filhos depositam não foram experiências emocionalmente fáceis.

## 2- AS PERCEPÇÕES SOBRE O BOLSA FAMÍLIA

As percepções apresentadas pelas entrevistadas a respeito do PBF mostram que elas compreendem os efeitos do programa em suas vidas e no seu âmbito familiar. Para elas, o programa é uma “ajuda” financeira que auxilia na aquisição de alimento, material escolar, roupas, calçado etc. Segundo Pires (2012), podemos entender um dos sentidos de ajuda “como algo que complementa alguma coisa, que serve para auxiliar ou subsidiar outro rendimento, frequentemente maior, proveniente de outras fontes”. O sentido de ajuda também se relaciona ao fato de que o dinheiro do PBF, mesmo sendo utilizado para aquisição de bens fundamentais para a sobrevivência das pessoas, é visto como “ajuda por ser um dinheiro tido como feminino” (PIRES, 2012, p. 135).

As falas das entrevistadas sugerem que o dinheiro do PBF é visto como complemento da renda, pois consideram que ele ajuda a comprar itens fundamentais para a sobrevivência pessoal e social das pessoas, como citado acima. Seguindo com as percepções apresentadas pelas entrevistadas sobre o PBF, seis delas disseram que consideram o programa bom, como podemos observar em suas falas:

*“É um programa bom, porque muitas famílias que às vezes não têm uma renda [...] que nem eu, que estou desempregada, então o Bolsa ajuda [...], não é muito, mas o pouco que entra já ajuda bastante. (Ana).*

*Ah é um programa bom, tem gente que às vezes até um real não tem, passa o mês apertado [...] que nem eu conheço bastante gente que não tem um trabalho, que cata papelão, o dinheiro do Bolsa Família ajuda eles pra caramba”. (Suzana).*

Com relação à avaliação do PBF, cinco beneficiárias classificam o programa como ótimo/excelente, pois argumentam que ele incentiva a criança a ir para a escola, gerando, assim, certo entusiasmo. Parece que o único aspecto negativo é o medo que se tem do “corte” do benefício.

*“Ah, eu acho ótimo, é um incentivo para a criança estar estudando, porque as crianças assim têm mais entusiasmo para [...] estudar. (Silvana).*

*Ótimo! Ótimo! Só espero que nunca cortem”. (Maria).*

É ótimo, mas podia ter um pouquinho mais de aumento para quem tem muito filho, mas fazer o quê? [...] eu não tenho que reclamar, não. Estou satisfeita. (Socorro).

Sobre a avaliação do PBF, podemos dizer que, das vinte entrevistadas, sete avaliam o programa como uma ajuda financeira, seis como bom, cinco como ótimo/excelente, uma o avalia como “legal”, pela questão dos cursos que oferece, e uma entrevistada avalia-o como ruim. A entrevistada que avaliou o PBF como ruim informou-nos que o vê desta maneira porque teve seu benefício “cortado” em razão da incompatibilidade de renda e que não aprova os critérios de exclusão do programa. Porém, todas reconhecem a importância do programa para suas vidas e aprovam-no.

Nas avaliações apresentadas pelas entrevistadas a respeito do PBF, parte da importância atribuída ao programa deriva do fato de que o pagamento do benefício é feito em dia certo, dinheiro com o qual se pode contar. Isto é particularmente importante na vida de sete beneficiárias que dependem do benefício como única renda fixa, em que o dinheiro “bem-vindo” do programa destina-se à compra de alimentos, gás, pagamento de contas e outros.

*“Para mim, hoje, falando a pura verdade, o Programa Bolsa Família é tudo! Eu pego muito pouco, R\$ 140,00, mas é os R\$ 140,00 mais bem-vindos [...] o dinheiro do Bolsa Família para mim em casa, [...] na verdade é para comprar comida. Eu pego o dinheiro na lotérica e, dali*

*mesmo, já passo no mercado e compro as coisas. A minha filha hoje pode comer uma fruta; não é muito, mas pode comer, entendeu? Pode comer uma verdura ou legumes e carne de vez em quando”. (Vilma).*

Já se pode observar pela fala das entrevistadas que a utilização do dinheiro do PBF é objeto de restrições morais bem acentuadas, em que há jeitos certos e errados de gastar o benefício (PIRES, 2013a). Como vemos na fala de Vilma, as prioridades traçadas para o uso dos recursos do PBF podem ser as mais diversas possíveis, porém todas elas são unânimes em dizer que o dinheiro é para o uso em prol da criança.

A moralidade apresentada para o uso do dinheiro, segundo pesquisa desenvolvida por Flávia Ferreira Pires no semiárido nordestino, durante o período de dezembro de 2010 e julho de 2011, pode ser entendida a partir de pelo menos duas razões que explicam o privilégio das crianças:

*“A primeira delas é o entendimento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças. A segunda razão diz respeito à função materna de nutrir e satisfazer os desejos alimentares de seus filhos como profundamente ligada a uma maternidade bem-sucedida”. (Pires, FF, 2013, p. 127).*

A autora ainda sugere que o privilégio da destinação do dinheiro do benefício às crianças pode estar relacionado a um dos programas que antecederam o PBF, o Programa Bolsa Escola (PBE), programa de transferência de renda, criado no Distrito Federal, em 1995, e, posteriormente, federalizado durante o primeiro mandato do governo Cardoso (1995-2003), em 1997<sup>1</sup>. De acordo com suas palavras:

*“O PBE deu lugar ao PBF e, por isso, é possível argumentar por uma continuidade dele, já que ambos os programas focam na condicionalidade escolar e, conseqüentemente, nas crianças, como forma de garantir o recebimento do benefício. Dada a importância desse*

<sup>1</sup> Maiores informações sobre o Programa Bolsa Escola e sua federalização podem ser encontrados em Rocha (2013), especialmente no capítulo 3.

*dinheiro para a sobrevivência da família, o que vemos então é que o status da criança, normalmente um indivíduo com pouco poder de negociação no fogo familiar, é reconfigurado. As crianças estão agora em posição de negociar, geralmente com suas mães, seus desejos e pequenos luxos, sob a ameaça de não ir à escola”. (PIRES, FF, 2013, p. 129).*

Nossas entrevistadas apresentaram colocações que indicam postura semelhante às levantadas por Flávia Fernanda Pires (2013) com relação à reconfiguração do poder de negociação das crianças e a moralidade no uso do benefício. Quando questionadas acerca da destinação do dinheiro do PBF, responderam:

*“Eu acho que o dinheiro é usado assim porque ele vem por causa das crianças, mas a mãe tem que querer mesmo que o filho estude e seja alguém”. (Paula).*

*“Se você pega o Bolsa Família e vai beber cachaça, vai usar droga, enquanto a criança está estudando, ela vê isso e pergunta: cadê meu dinheiro? Isso aqui é meu, cadê meu dinheiro? A criança desanima, não quer ir para a escola, fala que vai e não vai, eles ficam desanimados”. (Socorro).*

### 3- O PBF E A IMPORTÂNCIA DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

As percepções das entrevistadas a respeito da frequência escolar e da educação de seus filhos auxiliam-nos a compreender as contestações que embasaram este estudo e que retomamos novamente neste ponto. Seria a frequência escolar fator suficiente para impedir a chamada transmissão intergeracional da pobreza? Será que o fato de a criança estar na escola com o auxílio do Programa contribui para sua educação?

Com relação à exigência de frequência escolar mínima (condicionalidade prevista no desenho do PBF), todas as entrevistadas mostraram-se favoráveis, pois acreditam que, se o programa oferece algo a seus filhos, no mínimo elas devem cumprir com alguma condição. É o caso deste trecho extraído da entrevista de Dayane:

*“É, eu acho que está certo, porque, além de receber, se não conseguir acompanhar o filho na frequência escolar, nem levar para tomar vacina, pelo menos isso! Querendo, ou não, seria obrigação da mãe ter consciência, mas já que não tem, alguém tem que olhar por isso, pelo menos isso, para ter um acompanhamento, porque tem mãe que só manda o filho para a escola por causa do Bolsa Família. Se não fosse isso nem mandaria”. (Dayane).*

Percebe-se que há um esforço, não apenas das crianças, mas das mães também, para merecer o benefício. Esta postura do programa, de exigir o cumprimento desta condicionalidade, remonta ao estilo das políticas classificadas como conservadoras corporativas (Welfare State, 2013; Pires, 2013d), em que o direito, ou um quase direito, como denomina Cohn (2012), em relação ao PBF, advém do mérito de uma contribuição prévia. Neste contexto, a contribuição é simbolicamente associada ao esforço das mães.

Um ponto merecedor de destaque é que todas as entrevistadas responderam que seus filhos estariam frequentando a escola independentemente da condicionalidade exigida pelo PBF<sup>2</sup>.

*“Estudar é para o futuro dele, é para melhorar a situação. Ele vê as dificuldades que a gente leva, então precisa ter um emprego melhor, porque hoje em dia, sem estudar, você não é nada; estudando já está difícil, imagina sem”. (Dinorá).*

*“O Bolsa Família é apenas um auxílio para minha família, não é para a escola. Só que, independente do Bolsa*

<sup>2</sup>A respeito disso Pires (2013b) argumentou que é possível afirmar, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, que a condicionalidade da frequência escolar presente no desenho do PBF vem cumprindo seu papel em Campinas, ou seja, tem feito com que crianças e jovens de até 17 anos frequentem a escola. Mas, após os 17 anos de idade, as taxas de frequência escolar caem abruptamente, sobretudo para as mulheres.

*Família, eu quero meus filhos formados. Se um dia Deus me der a oportunidade de ver um filho meu fazendo a faculdade, vai ser ótimo”. (Vilma).*

Como vimos, a exigência de frequência escolar para receber benefício tem origem nas primeiras iniciativas de programas de transferência de renda da década de 1990, encabeçadas por prefeituras e pelo Distrito Federal. Segundo Rocha (2013), em 1995, 10% das crianças em idade escolar não frequentavam a escola. Naquele momento, ainda se “justificaria” a cobrança da frequência escolar; hoje, porém, é possível questioná-la, uma vez que o acesso e permanência na escola para crianças de até 14 anos, por exemplo, quase se universalizou.

O problema parece situar-se em área diversa do acesso e da permanência na escola. As entrevistadas afirmam que existe uma grande carência de qualidade nos serviços educacionais, como podemos observar nesta fala:

*“A educação está muito defasada. Tem muitas coisas que eles precisam aprender mais, porque tem criança que vai para a segunda, terceira ou quarta série e não sabe fazer contas [...] então eu acho que a educação deixa a desejar. Não é só passar de ano para poder ter mais vaga para criança que está sem escola... Eu acho que deviam ensinar mais, porque o mercado de trabalho, hoje em dia, está exigindo muita qualificação, e como que eles vão ter uma qualificação se na escola não tem um estudo de qualidade?” (Ana).*

O posicionamento crítico das mães com relação à educação está presente em pessoas com maior e menor escolaridade. Em suas falas é possível perceber que a educação oferecida a seus filhos permite-lhes apreender “o básico, o mínimo”. Desta forma, sabem que será muito difícil romperem a barreira da pobreza pela via da educação, uma vez que esta não os qualifica para isso. Voltaremos a este ponto adiante.

As perspectivas que as entrevistadas possuem sobre a educação de seus filhos é de que eles devem frequentar a escola para “ser alguém na vida”, admitindo que estar na escola é um direito e que seus filhos devem valorizá-lo. Mesmo sendo críticas em relação à educação, o fato

de manterem os filhos na escola corrobora o exposto por Schwartzman (2009). De acordo com o autor, a população valoriza a educação, e a permanência na escola vem aumentando de forma que não é necessário condicionalidade ou subsídio que exija isso.

*“A escola é importante porque um dia eu quero que eles cresçam e sejam alguém, por exemplo, um advogado, um juiz, qualquer outra coisa melhor, que não sejam iguais a mim. Quero ver meus filhos todos formados, tudo bem de vida! O que eu sofri, eu não quero para eles. Eu quero o melhor!” (Janalice).*

Com relação ao futuro de seus filhos, todas as entrevistadas atribuem à escola o êxito que se possa ter na vida, pois analisam que ela tenha a capacidade de transformar e “melhorar a vida das pessoas”. Contudo, podem-se notar certos matizes. As quatorze mães entrevistadas que apresentam menor formação escolar parecem elevar o nível de exigência com relação à educação de seus filhos no que diz respeito à formação superior. Para elas, é responsabilidade dos filhos romperem com a pobreza pela via da educação, pois, mesmo reconhecendo que a educação pública está “defasada” e que seu foco não está na qualidade, atribuem aos filhos a incumbência de romper com essas barreiras pela via do esforço pessoal.

As seis mães que possuem o ensino médio demonstram ser menos esperançosas com relação ao sistema escolar, talvez por conhecerem melhor a escola pública em razão de sua experiência pessoal. Por isso, elas têm opiniões mais céticas em relação à formação de seus filhos, pois compreendem muito bem os limites estruturais da escola pública. Porém, valorizam novas oportunidades que elas mesmas não tiveram. Por exemplo, uma das mães chegou a dizer que atualmente há possibilidades para pessoas pobres entrarem na faculdade com o auxílio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

As entrevistadas acreditam que um curso universitário poderá mudar suas vidas, mas atribuem a responsabilidade de não alcançar este nível de formação à educação recebida, pois é comum perceber em suas falas que a escola deve preparar para o mercado de trabalho.

*“Eu queria que elas se esforçassem para poder ter uma vida melhor do que hoje, porque agora tem o Prouni, que ajuda, sei lá se ajuda ou atrapalha, mas, enfim, elas têm mais oportunidade do que eu tive. Quando eu terminei meu ensino médio, eu pensava em fazer faculdade, só que eu não tive condição de fazer. Eu penso que hoje não é fácil, mas talvez elas consigam porque têm mais opção, têm mais meio, tem o Enem que ajuda nas notas, tem mais oportunidade. Eu queria que elas tivessem uma profissão e que conquistassem melhores condições de vida”. (Paula).*

Perguntamos às entrevistadas como elas avaliavam a educação de seus filhos e as respostas mostram que as mães têm uma clara compreensão dos problemas do sistema educacional, pois a maioria delas analisa que a educação é defasada e que a escola “ensina o básico”, como podemos perceber nesta fala:

*“A escola ensina o básico, mas eu sei também que não depende só dos professores, sei que é um conjunto de coisas. Era bom se os professores estivessem interessados, mesmo com o salário que eles têm, interessados em ensinar, mas parece que eles estão desanimados também pela situação do salário baixo”. (Paula).*

Depreende-se, por suas falas, que as entrevistadas têm conhecimento da qualidade da educação pública, inclusive conseguem fazer comparações entre escolas que ensinam e outras que nem tanto, de acordo com suas percepções. As mães alegaram que, se tivessem um poder aquisitivo maior, seus filhos estudariam em escolas particulares, pois acreditam que o ensino privado é melhor do que o público. Podemos observar em suas falas que a diferenciação entre público e privado é evidente, e que independentemente da formação escolar das entrevistadas, elas prefeririam que seus filhos estudassem em escolas particulares.

*“Eu trabalho em uma escola particular e aí a gente vê a diferença. O ensino é defasado. A gente até se entristece de não poder colocar os filhos, porque o ensino está difícil, aí a gente tenta ajudar que nem eu trago coisas de lá para*



*as minhas filhas e falo para elas “vamos tentar”, mas eu sei que não depende disso. (Paula).*

*Eu acho que ele estudaria numa escola melhor, porque você vê a diferença em uma escola do governo, da prefeitura, com uma escola particular. (Janalice).*

*Se eu tivesse condições, eu pagaria uma particular [...] eu acho que é a mesma coisa, só que acho que os alunos seriam diferentes”. (Suzana).*

A respeito das questões apontadas pelas entrevistadas sobre a preferência pelo ensino privado em detrimento ao público, é útil retomar o argumento de Oliveira (2005), que demonstrou como as transformações históricas das últimas décadas no sistema educacional brasileiro resultaram na focalização da oferta de educação no nível básico aos mais pobres, com conseqüente perda de qualidade. De acordo com a autora, o movimento pela focalização das políticas educacionais brasileiras assumiu o caráter de oferecer serviços mínimos direcionados aos pobres, por serem incapazes de suportar os custos de serviços de qualidade. “O caráter focalizado que apresentam nos muito pobres é justificado pela necessidade de combate à extrema pobreza” (Oliveira, 2005, p. 33). Desta forma, o ensino público está voltado a desenvolver medidas que assegurem o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola.

As percepções das beneficiárias do PBF sobre a educação de seus filhos apresentam-nos respostas negativas em relação à associação entre o Programa e a educação, pois não acreditam que o recebimento do benefício tenha reflexos na melhora da educação de seus filhos. Para elas, o Programa sana algumas dificuldades e carências que são supridas com dinheiro: alimentação, vestuário, material escolar etc.

*“Eu penso que é um meio de estar ajudando a gente a comprar um leite, se faltar, uma roupa, um agasalho. (Ângela).*

*Fiz prestação e comprei uma máquina de lavar com o dinheiro do Bolsa Família. É para lavar a roupa de todo mundo lá em casa. (Rosa).*

*Eu acho que é um dinheiro a mais [...], então dá para ajudar a comprar mais comida, [...] é pouco, mas ajuda, mas, fazer a diferença, não faz, não”. (Dayane).*

Em relação à carência educacional, esta seria sanada com educação de melhor qualidade, escolas equipadas com material escolar e tecnológico, professores bem remunerados e aptos para lidar e ensinar os alunos. Percebemos em suas falas que a transformação em suas vidas dar-se-ia pela via da educação, no entanto, argumentam que cabem ao governo ações que desenvolvam a qualidade tão esperada na educação.

*“Eu acho o seguinte: varia de escola em escola. Todo mundo tem boa intenção: diretor tem boa intenção, o aluno vai para a escola com boa intenção, os pais têm boa intenção quando põem o filho na escola, a professora tem boa intenção. Mas só de boa intenção o mundo não vive, tem que se ter atitude. Do jeito que a educação está, não dá”. (Vilma).*

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar três pontos desenvolvidos ao longo do artigo, de maneira a refletir sobre os limites e possibilidades da exigência de frequência escolar mínima como fator de enfrentamento da “transmissão intergeracional” da pobreza presente na intenção dos formuladores do PBF.

Em primeiro lugar, as informações apresentadas neste artigo ilustram problemas da geração educacional das beneficiárias. Suas falas, como não poderiam deixar de ser, somente ganham sentido a partir de suas vivências. Nesse sentido, foi importante notar matizes em relação ao

papel da escola como forma de enfrentamento da pobreza. Embora todas as entrevistadas acreditem que uma maior escolaridade fará a diferença, mães com menor formação escolar parecem elevar o nível de exigência com relação à educação de seus filhos, e também suas responsabilidades. Mesmo reconhecendo que a educação pública está “defasada” e sem qualidade, atribuem aos filhos a incumbência de romper com essas barreiras pela via do esforço pessoal. Já as mães com maior escolaridade demonstram ser mais céticas com relação ao sistema escolar, talvez por conhecerem melhor a escola pública, em função de sua experiência pessoal, e compreendem seus limites estruturais.

Esses limites, aliás, fazem-se presentes em suas próprias profissões. É forçoso notar pelos exemplos apresentados nessa pequena amostra de 20 mães, residentes na região Sul de Campinas, que uma maior escolaridade não fez tanta diferença em relação ao seu perfil profissional. De fato, vimos que maior escolaridade implicou progressão das profissões em um espectro que variou de diarista a atendente de telemarketing. Como já salientado, e sem negar os efeitos simbólicos que uma maior escolaridade representa na vida das pessoas, são ocupações que, em geral, são mal remuneradas, com vínculos precários com o mercado de trabalho, pouco grau de autoridade e de oportunidades de progresso.

Por último, mas nem por isso menos importante, é necessário sublinhar que todas as mães manteriam seus filhos na escola, independentemente da exigência da frequência do PBF. Todavia, e para além desse primeiro sentido, suas falas parecem evidenciar os limites da exigência de frequência escolar como forma de enfrentamento da pobreza. Para elas, o problema fundamental não se situa na ordem da frequência ou do acesso de seus filhos à escola, ambos já equacionados. Há clareza de que o enfrentamento da pobreza passa por questões de outras ordens, sendo uma delas a qualidade do ensino oferecido na escola pública, pois segundo elas a escola que faz a diferença é a escola particular, no entanto, impossível de ser alcançada em razão de suas condições econômicas. Sendo assim, o futuro de seus filhos relacionado a formação educacional e conseqüentemente profissional está comprometido por um fator

importante, o financeiro, pois este limita as condições de igualdade e acesso.

## 5- REFERÊNCIAS

Alves, J. E. D., & Cavenaghi, S. (2013). O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 233-245.

Antunes, R., & Braga, R. (2015). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. Boitempo Editorial.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)>. Acesso em: 28 mai.2012.

Bourdieu, P. (1998). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura, 1966. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes.

Campello, T. (2013) Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea.

Camargo, J. M. (1991) Pobreza e garantia de renda mínima. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 dez.

Castel, R. (2010) El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Castro, J. A. De; Modesto, L. (2010) Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea,. (2 v.)

Cohn, A. (2012) Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro.

Fonseca, A. M. (2001) Família e política de renda mínima. São Paulo: Cortez.

Glewwe, P.; Kassouf, A. L. (2008) The impact of the bolsa escola/familia conditional cash transfer program on enrollment, drop out rates and grade promotion in Brazil. Minneapolis: Department of Applied Economics, University of Minnesota.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2010). Censo 2010. IBGE. Disponível em: <[http:// www.censo2010.ibge.gov.br/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 20 set. 2012.

Januzzi, P. De M.; Pinto, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: Campello, T.; Neri, M. C. (Orgs.). (2013) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. MDS.gov.br. s.d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, D. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan.-jun. 2005.

Paiva, L. H.; Falcão, T.; Bartholo, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). (2013) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea.

Pires, A. (2012) Relações de gênero e orçamento familiar: percepções dos recursos do Programa Bolsa Família como dinheiro feminino. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, jan.-abr.

Pires, A. (2013<sup>a</sup>) Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). Política & Trabalho, João Pessoa, n. 38, p. 171-195.

Pires, A. (2013<sup>b</sup>) Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 170-196, abr.-ago.

Pires, A. (2013c) Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul.-set.

Pires, A. (2013d) O Programa Bolsa Família no contexto das políticas de proteção dos Estados de Bem-Estar Social: apontamentos para discussão. Impulso, Piracicaba, v. 23, n. 58, p. 91-101, out.-dez.

Pires, F. F. (2013) Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 123-135, abr.

Reimers, F.; Silva, C. D. Da; Trevino, E. (2006) Where is the “education” in conditional cash transfers in education? Montreal: Unesco Institute for Statistics.

Rego, W. L.; Pinzani, A. (2013) Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp.

Rocha, S. (2013) Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier.

Schwartzman, S. (2009) Bolsa Família: mitos e realidades. Iets – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, ano 2, n. 7, p. 20-28, dez.

Silva, A. L. (2014) O Programa Bolsa Família e o desafio da construção de uma vida nova: percepções das mães de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família matriculadas em uma escola de Campinas.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo.

Suplicy, E. M. (2004) Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez.

Welfare State. In: Draibe, S M. (2013) Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.